



↑ Ilustração de Vlabovic para o «NIN» (Belgrado)

todo o mundo pós-industrial, o medo já não se desloca piramidalmente, mas na horizontal, entre iguais, graças ao dogma da competitividade. De qualquer modo, ter-se-ia mantido um fundo toscano e inacabado na cultura portuguesa, um sedimento de barbárie envolto em inúmeras camadas de cultura, correspondentes aos vários povos que se fixaram no seu território ao longo de três mil anos.

«Curto-prazismo»

Gil critica a ausência do longo prazo na mentalidade portuguesa, o que significa, entre outras coisas, que os governos não governam. A própria ditadura tornava os portugueses seres adiados. Há uma amnésia em relação ao passado recente e, por sua vez, o passado longínquo e mítico já não fertiliza o presente. Por isso, a sua análise não recorre a chaves literárias ou lendárias (o sebastianismo, etc.) para decifrar o carácter português, como Eduardo Lourenço no clássico *O labirinto da saudade*.

Pequenez

A pequenez, ou síndrome de Liliput, é a estratégia portuguesa para continuar a ser criança. Gil mete no mesmo saco a velha obsessão nacional pela poupança: o que é a poupança se não a restrição do desejo? Nesse sentido, sublinha a mudança cultural que o «enriquecei-vos» de Cavaco Silva pressupunha, em finais dos anos 80. Um fenómeno ampliado pelas mudanças espaciais, sob a forma de novas infra-estruturas e operações urbanísticas, como a Exposição Universal de Lisboa: espaços físicos abertos para superar unidades mentais encolhidas. Entre as pequenezes da alma, ou mesquinhez, acrescenta o lamento, a inveja, o complexo de inferioridade e a falta de uma au-

têntica admiração, para lá das fórmulas estereotipadas.

«Horror vacui»

Gil dá a volta ao mito da saudade: o português é tão sensível às ausências que anseia pela plenitude. Assim, é incapaz de produzir o vazio imprescindível para a criação. O povo português age pouco e é simultaneamente um povo agitado: a sua cabeça compraz-se em dar pequenos saltos entre pequenas coisas, afirma. Em Portugal, as experiências-limite também não teriam uma expressão cultural que lhes desse sentido.

Lentidão

É outra das facetas deste povo de brandos costumes, segundo reza a tradição, ou com tendência para a inacção e a submissão, segundo Gil. Seria uma estratégia para não se deixar surpreender pelo imprevisto; uma resistência passiva à entrada da Europa nos hábitos lusos e à inscrição das culturas estrangeiras na sua própria cultura. Uma das manifestações mais elaboradas da lentidão, aliada à paixão normativa, é a burocracia, que serve para adiar e paralisar a acção, ao mesmo tempo que dá a falsa impressão de que as coisas estão a avançar.

Medo

Portugal parece uma sociedade não-violenta. O português não só não mata o touro na praça, como evita o conflito público em geral. Pelas suas maneiras indirectas, podem ser considerados os chineses do ocidente. A contrapartida é um medo disseminado e uma grande violência doméstica, de que são vítimas a mulher e a infância. «**Somos crianças grandes**», escreve Gil, «**com o medo e a irresponsabilidade das crianças, herdados da ditadura**».

● Jordi Joan Baños

TODO-O-TERRENO

A responsabilidade de desminar

CADA ano que passa 20 mil pessoas em todo o mundo são vítimas de minas ou de munições abandonadas. Entre elas oito a dez mil são crianças, mortas ou mutiladas, a maior parte pela variante das minas «antipessoais».

Este flagelo global impede o desenvolvimento das regiões mais afectadas e torna difícil e dispendiosa a reconstrução e a reconciliação nos países que acabaram de sair de guerras civis ou de outros conflitos. Basta pensar em terras férteis que não podem ser cultivadas, na migração para as cidades dos agricultores privados dos campos e do impacto dos conflitos assim prolongado muito para lá do fim das hostilidades. Mas, acima de tudo, esta arma semeia um perigo aleatório, cego, imoral. Que ceifa sobretudo crianças.

Desde a entrada em vigor da Convenção de Otava de 1999, a que já aderiram 144 países, e até ao fim de 2004 foram destruídos 37 milhões de minas armazenadas. A exportação destas armas infernais, também proibida pela Convenção, praticamente cessou. A produção foi drasticamente reduzida, restando só 15 países que produzem (Índia, Paquistão e China, por exemplo) ou que se reservam o direito de produzir (EUA, por exemplo). Em suma, a Convenção de Otava é uma história de sucesso do multilateralismo, do direito internacional, da transparência no desarmamento e do cumprimento de compromissos entre Estados soberanos.

No dia 16 de Junho, co-organizei no Parlamento Europeu uma Jornada de Informação sobre a campanha para banir as minas, que contou com a participação de Jody Williams — Nobel da Paz em 1997 pela sua campanha antiminas —, do Presidente da Convenção de Otava e de numerosas ONG empenhadas na desminagem e no apoio às vítimas, incluindo a Geneva Call que procura vincular à Convenção actores não-estatais, como grupos rebeldes e movimentos de libertação. Também foram convidados embaixadores de países que ainda não aderiram à Convenção: Finlândia, Egipto, Israel e Rússia deram as suas explicações. Os EUA observaram, calados. A China optou por não comparecer.

Cuidei então de saber do papel de Portugal neste processo. E apurei que tem sido genuinamente positivo. Foi dos primeiros países a pugnar por uma proibição total de minas antipessoais em 1996, ano em que impôs uma moratória sobre a exportação e produção de minas antipessoais. Cumpriu também as suas obrigações com a destruição das 270 mil minas antipessoais que tinha armazenadas. O exército nacional contribuiu para acções de desminagem no Kosovo, Bósnia, Timor-Leste e Angola. Em 1999, participamos e co-financiamos um projecto internacional destinado a detectar campos minados em Moçambique por via aérea. E, entre 1999 e 2003, o Governo financiou um projecto no Hospital Militar de Coimbra (cerca de 240 mil euros), que até meados de 2004 já tinha tratado 44 crianças angolanas vítimas de minas antipessoais.

Mas no final do debate no PE, concluí que Portugal tem que fazer muito mais. A presença de minas colocadas por forças portuguesas nos solos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, entre outros, significa que, além dos compromissos no contexto da Convenção de Otava, Portugal tem uma especial responsabilidade moral para com os povos dos países onde travou guerras coloniais.

Tomemos o exemplo da Guiné-Bissau. Uma ONG envolvida em desminagem estimou em 2002 que havia pelo menos 13 zonas afectadas por minas fora da capital, «**principalmente à volta dos perímetros de antigos pontos militares portugueses**», sendo a situação particularmente grave no sul do país. No conflito entre governo e rebeldes em 1998, muitas das minas colocadas em torno do aeroporto e do hospital psiquiátrico de Bissau e nas vias de acesso ao sul eram de origem portuguesa. Tendo em conta, para lá da herança pesada de conflitos militares, o estado da infra-estrutura de saúde naquele país e a total ausência de tratamento especializado para vítimas de minas antipessoais, é deplorável a falta de iniciativa de Portugal em relação a um povo com quem tem relações estreitas. Em 2002, o secretário de Estado guineense Nhassé Na Mã queixou-se mesmo da «**falta de ajuda portuguesa e a incapacidade de cumprir a promessa de enviar 50 especialistas em desminagem para treinar quadros guineenses; acabámos por receber ajuda moçambicana — e de graça**».

A responsabilidade de desminar deve ser assumida e o Estado português deve dedicar-lhe os recursos necessários no quadro da política de cooperação para o desenvolvimento e na área da defesa e segurança. As ONG (especializadas na desminagem ou na assistência às vítimas) podem ter aqui um papel relevante. E a sua experiência extravasará os PALOP, podendo ser utilizada em missões da UE, NATO ou ONU em qualquer parte do mundo. ●



ANA GOMES